



## Índice

- 01 Onze dos doze povos indígenas de Pernambuco declaram voto em Paulo Câmara
- 02 TVE apresenta entrevista com ativista dos direitos indígenas bolivianos
- 03 Alunos de Escola Indígena em Coroa Vermelha serão destaque no Profissão Repórter
- 04 MPF quer que União compre 30 hectares para abrigar índios acampados na BR-463
- 05 Proprietários de terra temem novos conflitos com indígenas
- 06 Kátia Abreu visita Indígenas?
- 07 "Funai faz terrorismo ao anunciar demarcação de terras indígenas no Paraná", diz Rossoni
- 08 Câmara aprova troca de nomes de escolas indígenas de áreas ribeirinhas do rio Negro
- 09 Quilombo aguarda dez anos por titulação em Goiás
- 10 Comunidade indígena vai ter água potável pela primeira vez em 12 anos
- 11 O cio da terra. O planeta, a humanidade e o direito dos povos
- 12 Petição online busca verba para realização da 8ª Aldeia Multiétnica, na Chapada dos Veadeiros
- 13 Quilombos do Vale do Ribeira iniciam projeto de proteção ao seu Sistema Agrícola Tradicional



- 14** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- 15** Xukuru-Kariri protegido por programa de direitos humanos é preso pela PM dentro da terra indígena
- 16** Relação entre a África e quilombos locais exposta no FIG
- 17** MA: Incra reconhece Comunidade Santa Rosa dos Pretos como remanescente de quilombo
- 18** A cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos
- 19** O Leme, boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores, já está no ar
- 20** Com entrada gratuita, exposição "Traçados Regionalis" retrata o cotidiano dos ribeirinhos, indígena e a amazônia
- 21** Jogos Indígenas da Capital espera cerca de 400 atletas em sua 9ª edição
- 22** Índios isolados: liderança kaxinawá exige retorno de base da Funai no Acre
- 23** Inscrições abertas para consultoria em mapeamento de pesquisadores (as) em saúde da população negra
- 24** Já está no ar "Quem matou o Tapajós?", mais um instrumento na luta contra barragem do grande rio
- 25** Ritmos e músicas da Amazônia: refazendo e registrando os passos do etnógrafo alemão Koch-Grünberg
- 26** Do progresso que mata e destrói, às ciências para o "Vivir Bien": 23 a 25 de julho, no Acre



- 27** [Qual é o melhor candidato para resolver a Questão Indígena](#)
- 28** [Polícia Civil confirma que 5 estupraram indígena encontrada morta em Dourados](#)
- 29** [Cimi lança relatório com dados de violência contra os povos indígenas em 2013](#)
- 30** [Deixa como está para ver como fica: Justiça decide não decidir sobre invasões de índios Kadiwéus](#)



---

**Onze dos doze povos indígenas de Pernambuco declaram voto em Paulo Câmara**  
SÍTIO PSB/PE, 14.07.2014

Lideranças de 11 dos 12 povos indígenas que habitam Pernambuco declararam apoio ao candidato da Frente Popular ao Governo, Paulo Câmara (PSB). Representantes dos Kambiwá, Kapinawá, Pankaiwká, Tuxá, Pankará, Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pipipã, Fulni-ô, Truká e Atikum defenderam a continuidade do trabalho que vem sendo feito no Estado há sete anos e meio, e levaram suas demandas e sugestões ao socialista, que prometeu assumir pessoalmente a responsabilidade sobre a questão, a partir de 2015. "Vamos atualizar o plano de ações para a população indígena de Pernambuco. Esse trabalho vai ser supervisionado e acompanhado pelo gabinete do Governador. E vocês terão comigo um canal de diálogo aberto o tempo todo", garantiu Paulo, que reuniu-se com o segmento no último sábado (12).

Câmara recebeu o pedido de que fosse criado o Conselho de Políticas Indigenistas, além de uma secretaria de Estado específica para o assunto, e prometeu estudar a viabilidade das medidas. "É preciso que cada área do Governo tenha um olhar específico para essa questão, seja na Saúde, na Educação, na Infraestrutura. E também é necessária uma instância que coordene todo esse trabalho", concordou o candidato, que terá novas reuniões com os representantes dos povos para aprofundar as sugestões gerais e pontuais de cada povo.

O cacique Uilton Tuxá, que é também coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoimne), ressaltou que Pernambuco tem muito que se orgulhar pelas 12 tribos que possui, reunindo aproximadamente 64 mil índios. Ele destacou os avanços conquistados no Governo Eduardo, e defendeu a ampliação desse diálogo. "Pedimos que considere as falas que tivemos hoje aqui e que enxergue a questão indígena como um todo, mas também sob a particularidade de cada tribo. Além das fragilidades que ainda apresentamos, temos também muitos potenciais a serem trabalhados", ressaltou.

**TVE apresenta entrevista com ativista dos direitos indígenas bolivianos**

SÍTIO TVE, 14.07.2014



Boaventura de Sousa Santos recebe a socióloga e historiadora aimará Silvia Rivera Cusicanqui na próxima edição do Conversas do Mundo. O programa, que foi filmado no Valle de las Ánimas (La Paz, Bolívia), vai ao ar na quinta-feira, 17 de julho, às 22h, e tem reprise no domingo, 19 de julho, às 21h.

O trabalho de Silvia, que atua diretamente com os movimentos indígenas do país, fundamenta-se na teoria anarquista, bem como nas cosmologias quíchuas e aimará.. A socióloga também foi diretora e membro de longa data do Taller de Historia Oral Andina, grupo que se dedica a estudar e revalorizar a história indígena boliviana.

O Conversas do Mundo é uma série de entrevistas apresentada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que recebe homens e mulheres que partilham como ideal a luta pela dignidade humana e a busca de um outro modelo de mundo.

**Alunos de Escola Indígena em Coroa Vermelha serão destaque no Profissão Repórter**  
SÍTIO RASTRO 101, 14.07.2014



*Programa irá ao ar na próxima terça-feira (15), na matéria que irá dar ênfase à brasileiros que torceram para a seleção da Alemanha na final da Copa do Mundo Blog Escola Indígena Pataxó*

Alunos da Escola Indígena Pataxó, que fica localizado em Coroa Vermelha, território de Santa Cruz Cabrália, receberam a equipe do programa Profissão Repórter, da Rede Globo de Televisão, e serão destaque na matéria desta terça-feira (15), que mostrará brasileiros que torceram para a seleção da Alemanha, no final da Copa do Mundo do Brasil.

A Escola Indígena que havia apresentado a cultura Indígena Pataxó para todo o mundo durante o primeiro treino aberto ao público da Alemanha, em Santa Cruz Cabrália, e veio sendo sempre cobrada pela mídia nacional e internacional, além de receber os agradecimentos de todos os jogadores da seleção em suas redes sociais, devido à bela apresentação cultural, tornou-se sinônimo de sorte para o resultado final da Alemanha, após terem prestigiado o jogador aniversariante Miroslav Klose com o Awê Pataxó.

A jovem repórter Paula Akemi disse que pode sentir na pele a energia boa que foi passada para a seleção alemã através do povo pataxó. "Um povo humano, acolhedor, de uma energia sem igual e que mostrou para o mundo o valor dos indígenas através do momento em que estiveram juntos aos jogadores da Alemanha. Parabéns povo pataxó, parabéns Escola Indígena

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

---

por valorizar suas culturas", disse Paula que foi a entrevistada pelo blog da Escola Indígena Pataxó.

Alunos, professores e Direção da escola, mostraram um pouco da cultura com cânticos e dança Pataxó no intervalo do jogo, à equipe um delicioso peixe assado e um beiju, comidas típicas da tribo.



---

**MPF quer que União compre 30 hectares para abrigar índios acampados na BR-463**  
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 14.07.2014

O MPF (Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul) entrou com ação na Justiça para garantir a sobrevivência e a dignidade da comunidade indígena guarani-kaiowá do Curral do Arame (Tekoha Apika'y), que fica na BR-463, entre os municípios de Dourados e Ponta Porã. A intenção é fazer com que a União compre uma área de 30 hectares (equivalente a um módulo rural) para acolher os índios até a demarcação definitiva. O ministério ainda diz que o pedaço de terra deve estar nos limites indicados pelos indígenas como território tradicional.

A informação foi divulgada nesta segunda-feira (14) pelo MPF. Para o órgão, a medida busca acabar com a omissão da União em relação aos estudos demarcatórios; diminuir o conflito fundiário na região, que é caracterizado pelas ameaças frequentes de morte a membros da comunidade; e dar efetividade à Constituição, como o direito à sobrevivência, ao bem-estar e à reprodução física e cultural dos índios "segundo seus usos, costumes e tradições".

Na ação, o MPF destacou as condições estruturais do acampamento, que foram classificadas como precárias, além de chamar a atenção para o fato de os indígenas ficarem às margens da rodovia, o que contribui para o elevado índice de mortes por atropelamentos. Em três anos, sete guaranis da comunidade perderam a vida na BR-463.

Segundo o MPF, "a omissão da União tem ocasionado graves prejuízos aos povos indígenas, seja pela invasão de suas terras tradicionais por terceiros, seja pela exploração ilegal dos recursos naturais das terras indígenas, seja pela desagregação cultural ocasionada e, principalmente, pelo desalojamento desses povos que, impossibilitados de voltarem para suas terras por inércia da União, veem-se obrigados a albergarem-se às margens de movimentadas rodovias, como no caso de Curral do Arame".

Dessa forma, para o MPF, entrar na Justiça para garantir o pequeno território ao grupo foi "a última alternativa encontrada para garantir um mínimo de dignidade aos índios até que haja a regularização do território tradicional".

Curral do Arame – Estudos antropológicos apontam que os índios da comunidade Curral do Arame, também denominada de "Tekoha Jukeri'y" ou "Tekoha Apika'y", surgiu com índios da comunidade que foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária, divulgou o ministério.

Uma parcela desses indígenas foi recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram "incompatíveis" com a produção. Outros índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

CONT.



Depois disso, os guarani passaram a viver na fina faixa de domínio da rodovia, em barracos improvisados que ficam em frente à terra que reivindicam como tradicional. O acampamento indígena ainda passou por dois ataques. Ele foi queimado duas vezes, sendo que a última vez foi ano passado.

A regularização da comunidade ainda não aconteceu, afirma o MPF. O caso já se arrasta por mais de uma década, mesmo com a existência de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado entre órgão ministerial e a Funai para início do procedimento demarcatório. Até o momento, um Grupo Técnico para os estudos iniciais não foi firmado.

“A inércia do Estado tem custado caro à comunidade, que, sem expectativa de regularização fundiária, vive em péssimas condições, arriscando o bem mais precioso de seus integrantes: a vida”, defendeu o MPF na ação.



---

**Proprietários de terra temem novos conflitos com indígenas**

SÍTIO JORNAL A TARDE, 14.07.2014

Proprietários de terra da região de Buerarema (a 455 km de Salvador), no sul da Bahia, temem que retornem os conflitos com indígenas após a saída das tropas do Exército, realizada nesta segunda-feira, 14.

A Força Nacional e a Polícia Militar reassumiram, também ontem, o controle das operações de segurança na região que ainda compreende os municípios de Una e Ilhéus.

Desde março, após pedido de aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), feito pelo governador Jaques Wagner ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, o Exército fazia o policiamento nos três municípios.

Segundo informações contidas em nota da Secretaria de Segurança Pública (SSP) da Bahia, a Força Nacional, que já disponibilizava um pelotão nas regiões de conflito, incorporará mais um grupamento de policiais e reforço logístico.

Da Polícia Militar, serão 130 homens, distribuídos em regime de plantão, no 15º Batalhão e na Companhia Independente de Policiamento Especializado/Cacaueira, ambos em Buerarema. Parte deste efetivo irá ainda para os municípios de Una e Ilhéus.

A SSP não divulgou balanço do primeiro dia de operações das tropas, que chegam para reforçar o policiamento no local. Somente nesta terça (15), um balanço poderá ser divulgado.

**Kátia Abreu visita Indígenas?**

SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 14.07.2014

*Kátia Abreu tentou convencer a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a PROIBIR seu organismo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de continuar seu trabalho de apoio e orientação aos indígenas nas reivindicações dos seus direitos constitucionais! Agora, antes das eleições, com cara de pau, ela virou "índia"!*



.foto .Pedro-Barbosa.Faet .CNA .Senar

Foto: Pedro Barbosa/Faet/CNA/Senar

Fiquei indignado, mas não surpreso, com mais esta, da senadora Kátia Abreu! Parece que ela já começou, em junho, sua campanha para reeleição, tentando conquistar indígenas do Tocantins: dando presentes às crianças; fazendo uma festa para adultos/as; colocando um cocar na cabeça e tirando fotos com eles/elas; e chamando-os/as de "amigos/amigas" (ou era até de "irmãos e irmãs"?!)

Ela, que na sua coluna da Folha de São Paulo, tem afirmado constantemente que não existem mais indígenas como uma cultura, (porque eles querem e têm televisão, celulares, internet, etc.) mas que indígenas estão totalmente "integrados/as" na sociedade brasileira, alegando assim um tipo de "monocultura" humana, como a monocultura que ela promove na agricultura. Será que não é, no fundo, uma espécie de "eugenia"? Será que para ela só deve existir no

CONT.



---

**Brasil UMA MONOCULTURA, branca, ocidental, "civilizada"?**

Guardei outra reportagem relatando sua pressão na Casa Civil, a interrupção da demarcação de Terras Indígenas e do registro de crianças como indígenas no estado do Tocantins, porque não existem mais! Ela e o irmão dela fizeram oposição e violentas críticas sobre o retorno dos Xavantes à sua Terra Indígena Marãiwatsédé (São Félix do Araguaia, Mato Grosso), chamando-os de "invasores". Também tentou convencer a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a PROIBIR seu organismo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de continuar seu trabalho de apoio e orientação aos indígenas nas reivindicações dos seus direitos constitucionais! Agora, antes das eleições, com cara de pau, ela virou "índia"!

Quando zangada, ela abre a boca suja e sai "m....."! lembre-se do episódio que ela atacou um coronel da segurança do governador!. No vídeo "Veneno está na Mesa" do cineasta silviol Tendler há um trecho onde ela fala que é preciso jogar muito veneno (agrotóxicos) nas lavouras "para baratear a comida para os pobres"!

E que a comida saudável da agroecologia poderia seguir sendo comprada pelos ricos! Quer dizer, envenenar e eliminar os pobres-famintos para assim combater a fome e a pobreza! Também insiste que as vultuosas somas de dinheiro trazidos (para uns POUCOS) pelo agronegócio, são mais importantes para a balança comercial do que a saúde dos trabalhadores que mexem com agrotóxicos e do povo que come alimentos contaminados!

Ela não gostou de ter sido chamada "Rainha do Desmatamento" (e entrou na justiça, mas perdeu o caso) e revoltou-se quando uma indígena quis presentear-lá com uma moto serra dourada. Será que gostaria de ser chamada "Senadora Boca-Suja" ou, talvez mais apropriado de "Boca de M....a" ? É o que sai quando ela se irrita.....E ela já foi multada por isso, mas continua.

Que vergonha para Tocantins, esta senadora! Merece ser reeleita? Esta mulher arrogante representa a moral, a ética, os princípios de respeito e dignidade de nós, tocantinenses? Temos orgulho dela como nossa senadora? Pessoalmente, eu tenho VERGONHA e INDIGNAÇÃO!

Heriberto Hemmes é bispo emérito de Cristalandia (TO).



**"Funai faz terrorismo ao anunciar demarcação de terras indígenas no Paraná", diz Rossoni**

SÍTIO PSDB/PR, 14.07.2014

O deputado Valdir Rossoni (PSDB) criticou hoje (14), na tribuna da Assembleia Legislativa, a forma como a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem tratado a demarcação de terras indígenas, principalmente na região de Guaíra, no Paraná. Para ele, a questão indígena tem que ser analisada com cautela, mas o jeito como a Funai tem feito é inadmissível, pois desrespeita a Constituição e também decisões do Governo Federal, que garantiu que nenhuma área no estado seria afetada. "É um verdadeiro absurdo a falta de autoridade do Governo Federal ao permitir que a Funai faça esse terrorismo. É algo que revolta qualquer paranaense que produz para que esse país se desenvolva. Estão atacando os agricultores, ou seja, aqueles que salvam o Brasil na hora da crise. A ex-ministra da Casa Civil havia garantido que nenhuma área no Paraná seria desapropriada. Vejo agora que a Funai não obedece e desrespeita a palavra do próprio governo", disse o presidente da Assembleia.

Rossoni ressaltou que, para agravar ainda mais a situação, estariam "fabricando índios" para ocupar terras produtivas no Paraná. "Estão treinando pessoas do Paraguai para dizer que são índios e ocupar essas terras", denunciou. "As pessoas que não conhecem a real situação acham que a Funai tem razão. Vou dizer que está correta em 1% dos casos. O restante são problemas criados pela própria Funai que está instituindo uma insegurança no estado que não tem precedentes. O Governo Federal tem que tomar uma atitude, não pode fechar os olhos diante de uma situação tão grave como essa: quem é dono de uma propriedade há mais de cem anos, que prepara a terra para produzir, está apavorado porque de uma hora para outra poderá ser expulso de lá."

Para Rossoni, se a Funai tivesse um levantamento exato de quantos índios existem no Paraná, a situação seria bem mais prática. "Se existisse isso, e eu quero acreditar que a Funai saiba quantos índios tem no estado, era só dizer que precisavam de tantos hectares para acomodar melhor esses índios - e aí procurava-se uma solução. O que não pode é a Funai contribuir para o descumprimento das leis do país, desrespeitando o direito de propriedade."

**Decreto**

Em março deste ano a Funai publicou um decreto para um levantamento técnico de etnias indígenas da região de Guaíra e Terra Roxa, o que acarretaria na demarcação de terras e, consequente desapropriação de diversas propriedades. No final de junho, um novo decreto delimitou 2,8 mil hectares do município do Ivaté (PR) para os índios xetás.

**Câmara aprova troca de nomes de escolas indígenas de áreas ribeirinhas do rio Negro**  
SÍTIO CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS, 14.07.2014



Projeto do Executivo Municipal que garante a troca de nomes de quatro escolas municipais indígenas de Manaus foi aprovado na sessão plenária desta segunda-feira (14), pelos vereadores no retorno do recesso parlamentar na Câmara Municipal de Manaus (CMM). O nome das escolas será alterado com o objetivo de preservar a cultura indígena, costumes, crenças e tradições, a pedido das próprias comunidades indígenas.

O Projeto de Lei nº 150/2014 chegou à Câmara Municipal de Manaus (CMM) no dia 20 de maio deste ano, foi deliberado pelo plenário, tramitou pelas comissões da Casa Legislativa, até ser aprovado para ser sancionado pelo prefeito Arthur Neto (PSDB).

Com a aprovação do PL pelo Legislativo Municipal, a Escola Municipal São Thomé, no Paraná do Samaúma, Rio Negro, com duas salas de aula, passará a ser chamar Escola Indígena Municipal Kunya Taputira (em Nhenegatu quer dizer 'Flor de Menina'); a Escola Municipal Aleixo Bruno, na comunidade Terra Preta, Rio Negro, também com duas salas de aula, se chamará Escola Indígena Municipal Yayumbwewea Renawa Maku Arú Waimi (local de compreensão indígena de ambiente tradicional, antigo); a Escola Municipal Três Unidos, com quatro salas de aula, na Comunidade Indígena Viva Nova Esperança, se chamará Escola Indígena Municipal Puranga Pisasú (bom e novo, coisa nova e boa); e a Escola Municipal Boas Novas, com uma sala de aula, na Comunidade Indígena Três Unidos, no Rio Cueiras, Rio Negro, passará a se denominar Escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua (espaço grandioso).

A lei entra em vigor na data de sua publicação após ser sancionada pelo prefeito.

Acompanhe a CMM nas redes sociais

Youtube – Camarademanous

Twitter – Camaramanaus

Facebook – CMMoficial

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

---

SoundCloud – Camaramanaus

Instagram – Camaramanaus

Flickr – Camaramanaus

Texto: Nely Pedroso – Dircom/CMM

Foto: Altemar Alcantara/Semcom

## Quilombo aguarda dez anos por titulação em Goiás

SÍTIO REPÓRTER BRASIL, 14.07.2014

*Em meio a ameaças de despejo e ações de pistolagem, quilombo Família Magalhães aguarda ação do Incra e vê mineração irregular e degradação ambiental avançar*

Por Daniela Carolina Perutti (texto e fotos)\*

“Você veio de longe pra fazer pesquisa nesse fim de mundo? Aqui não tem nada não.” A fala de uma funcionária da prefeitura de Nova Roma, surpresa com meu interesse em pesquisar a região, é recorrente entre os moradores dessa cidade sertaneja, localizada no Nordeste de Goiás. Em função da falta de perspectiva de emprego ou melhora de vida, a sensação geral é de que em Nova Roma, que conta com cerca de 3.471 habitantes (IBGE, 2010), restaram apenas os velhos, as crianças e os que não têm estudo.

Placa colocada pelo Incra na entrada do território do Quilombo Família Magalhães (Fotos: Daniela Perutti)



Placa colocada pelo Incra na entrada do território do Quilombo Família Magalhães  
(Fotos: Daniela Perutti)

CONT.



Se a sensação de que a vida local está acabando é presente entre os novarromanos de um modo geral, ela parece ser ainda maior entre os membros da comunidade quilombo Família Magalhães, que vive no extremo norte do município. O grupo é originário do território Kalunga, considerado hoje o maior quilombo do país, com cerca de 8.000 pessoas distribuídas em 42 localidades (Projeto Kalunga Sustentável). A área deste, nas proximidades do rio Paranã (quilômetros abaixo do território dos Magalhães), abrange os municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante (confira a localização exata clicando aqui). Os primeiros indícios de constituição do quilombo naquela região datam da segunda metade do século XVIII, em documentos oficiais.

Uma prática narrada com frequência e atribuída aos ditos kalungueiros, sobretudo antes de seu reconhecimento pelo governo federal como quilombola, diz respeito aos constantes deslocamentos entre as serras e vales da região com o intuito de “caçar melhora”. “É porque para lá [na área Kalunga] era tudo difícil. Lá é um buraco, o povo sofreu demais. Tinha que fazer a farinha e botar no cargueiro pra ir vender cá em Monte Alegre”, conta Alvina Pereira dos Santos, a matriarca de Família Magalhães.

Foi seguindo essa lógica local de deslocamentos que Pedro Magalhães da Cunha, o falecido patriarca da família, deixou o território Kalunga nos anos de 1940, indo trabalhar como vaqueiro na fazenda Santa Rita. Já Alvina é filha de mãe kalungueira e pai baiano, e cresceu nessa mesma fazenda próxima ao território Kalunga, onde o pai também trabalhava como vaqueiro. Lá, conheceu Pedro Magalhães e com ele se casou.

Após o matrimônio, em meados do século XX, Pedro e Alvina se instalaram no atual território do quilombo, em Nova Roma, a convite de um compadre que já vivia na região, para a realização de um criatório de porco. Desde então, nunca mais saíram daquela localidade, onde viveram da caça, pesca, roças e pequenas criações, além da venda de produtos locais para trabalhadores do garimpo de Pedra Branca, instaurado em área vizinha entre os anos 70 e o início dos anos 90. Atualmente, a família conta com cerca de 100 pessoas e já está na quarta geração.

#### Perda gradual de território

O grupo foi perdendo sucessivamente o território que ocupava para supostos proprietários, ficando confinado a uma pequena faixa de terra. Um dos momentos mais críticos foi no início dos anos de 1980, com o aparecimento de um fazendeiro paulista que alegava ser dono da área e requeria que os moradores deixassem o local. Ele realizou grande devastação ambiental, derrubando cerca de 6 km de mata nativa para plantar arroz. Não obtendo sucesso em seu negócio, abandonou aquelas terras devastadas e nunca mais retornou, conforme detalhado no “Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombo Família Magalhães”, feito por Roberto Almeida em 2007 para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

CONT.



Casa de Domingas e Louriano, Família Magalhães

Já em 1992, os Magalhães receberam a visita intimidadora de um advogado, Osmani Barreto dos Santos, representante dos herdeiros do suposto último comprador daquela propriedade. O grupo ficou surpreso, já que nunca havia visto tal fazendeiro, tampouco seus herdeiros, naquelas terras. Para José Magalhães, filho mais velho de Alvina, é difícil entender o “mundo da lei”, no qual alguém pode ser dono de uma terra sem nunca nela ter plantado, tampouco pisado.

Para José Magalhães, o filho mais velho, é difícil entender o ‘mundo da lei’, no qual alguém pode ser dono de uma terra sem nunca nela ter plantado, tampouco pisado

Osmani passou a intimidar os Magalhães, que relatam ameaças com armas de fogo, roubo de alimentos das roças e derrubada de cercas, além de apeamento (amarrar as patas) do gado. Segundo os moradores, ele atuou como pistoleiro e chegou a expulsar outros posseiros não quilombolas que viviam pacificamente em áreas vizinhas. Além disso, os quilombolas sofreram duas ações de despejo movidas pelo advogado em questão e quase foram efetivamente expulsos das terras que habitavam, o que também é contado no “Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombo Família Magalhães”, de Roberto Almeida.

#### Direitos

Com o apoio de vizinhos e políticos locais, o grupo tomou conhecimento de que, por serem quilombolas, possuíam direito à terra conforme disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (ADCT). Em 2004, ao recorrer a um procurador da república e narrar a situação, foram orientados acerca de seus direitos. Assim, expediram a certidão de

CONT.



autorreconhecimento como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares. Na mesma época, foram ao encontro do então presidente Lula, que esteve em evento no território Kalunga, e lhe entregaram um ofício assinado pelo então prefeito, vice-prefeito e vereadores novarromanos narrando a situação que o grupo quilombola sofria. Segundo o relato de José Magalhães, no mesmo dia o então presidente teria enviado uma resposta à prefeitura, dizendo que tomaria providências sobre o caso.

Ainda em 2004, Osmani foi assassinado, e até hoje não se sabe a identidade do mandante. Após a morte do advogado e ao final das ações de despejo, os supostos herdeiros ficaram com parte das terras que disputavam com Família Magalhães, aquelas nas quais o falecido advogado já havia conseguido expulsar algumas famílias não quilombolas.

#### Morosidade do Estado

Faz dez anos que a comunidade Família Magalhães foi reconhecida pelo governo federal como quilombola, tendo recebido a certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Apenas em 2006 o Incra abriu o processo de titulação do território, tendo concluído, no ano seguinte, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da área, etapa inicial do processo ([clique aqui para maiores informações sobre como se titula uma terra quilombola](#)).

Após anos de morosidade, em 2012, a presidenta Dilma publicou decreto para desapropriação dos três imóveis sobrepostos à área a ser titulada. Dois dos proprietários a serem desapropriados manifestaram o desejo de “vender” suas terras ao Incra, sendo que um deles, segundo os Magalhães, procurou o órgão oferecendo sua propriedade para desapropriação.

Ainda que conte atualmente com uma situação favorável e poucas propriedades a serem desapropriadas, até julho de 2014 a ação de desapropriação não havia sido ajuizada, e o processo encontrava-se paralisado. O Incra alega que ainda será necessária a realização de uma vistoria no território, para verificar os títulos incidentes e possíveis posseiros na área, antes de proceder o ajuizamento da ação, primeiro passo à desapropriação. No entanto, quase dois anos se passaram desde a assinatura do decreto sem que tal vistoria tenha sido realizada.

#### Consequências irreparáveis

Enquanto isso, a comunidade sofre as consequências pela não titulação de suas terras. Orientada por agentes governamentais, ainda em 2004, a não mexer substancialmente no território, de modo a evitar novos conflitos, ela deixou de fazer roças maiores, restringindo-se a pequenas plantações no quintal de cada casa. Na falta de alternativas sustentáveis de geração de renda e acesso a crédito, que o título da terra poderia facilitar, jovens e adultos quilombolas têm abandonado o território, migrando para Brasília, Goiânia e cidades vizinhas em busca de emprego e alternativas de subsistência. “Daqui a pouco, só vai sobrar velho e criança”, sentencia Domingas da Cunha Santos, uma das filhas de Alvina.

Para piorar a situação, os quilombolas ainda presenciam, em seu território, atividades

CONT.



irregulares de extração de areia, degradando ainda mais a área, isso sem levar em conta a pesca predatória ali realizada há décadas por terceiros – uma queixa constante é a de que os peixes do rio estão acabando. Diante de tudo que já passou, a família não se sente segura para se defender desse tipo de prática.

Os descendentes de Alvina já não sabem mais o que fazer. No início do ano, realizaram reunião com técnicos do Incra na qual, segundo a quilombola Isabel Pereira dos Santos, representantes do órgão teriam dito que a vistoria seria iniciada ainda no primeiro semestre de 2014. Até o momento (4 de julho de 2014), eles sequer estiveram no local para o andamento dos trabalhos. Em março, o grupo mandou um abaixo-assinado para o superintendente regional do Incra em Brasília, Marco Aurélio Bezerra da Rocha, narrando a morosidade sofrida e solicitando que a ação de desapropriação fosse ajuizada ainda no primeiro semestre. Não obtiveram qualquer resposta por parte do superintendente.

Esse constitui exemplo de um território considerado simples de ser titulado – conforme enunciaram técnicos do Incra aos membros da família –, mas que a morosidade produz consequências irreparáveis para o grupo. Vale dizer que o estado de Goiás não possui nenhuma terra titulada pelo governo federal, e 19 territórios aguardam pela titulação. Apenas 7% das cerca de 3.000 comunidades quilombolas estimadas no Brasil receberam o título (integral ou parcial) de seu território. No governo Dilma, o ritmo de titulações ficou ainda mais lento, com apenas quatro terras parcialmente tituladas pelo Incra (dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo). Enquanto isso, Alvina, hoje com mais de 90 anos, sonha em ainda estar viva para ver seu pedaço de chão, de seus filhos, netos, bisnetos e tataraneta, enfim titulado.

\* Daniela Carolina Perutti é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).



---

**Comunidade indígena vai ter água potável pela primeira vez em 12 anos**

SÍTIO CAPITAL NEWS, 14.07.2014

Em Brasilândia, a 380 km a leste de Campo Grande, a comunidade indígena Ofayé-Xavante poderá receber o seu primeiro sistema de abastecimento de água potável em 12 anos. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) já providenciou o poço artesiano e a rede de abastecimento. A última etapa será a implantação de caixa d'água, em até 60 dias. As informações são do portal do Ministério Público Federal em Três Lagoas (MPF/MS).

Atualmente, os indígenas obtêm água de ocasionais caminhões-pipa, disponibilizados pela prefeitura de Brasilândia, ou recorrem a um córrego poluído da região.

Há 5 anos o MPF solicita a obra à União, sem sucesso. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável em 2009 pela saúde indígena, alegava que não poderia atuar na área, pois ela havia sido adquirida pelos próprios indígenas, com recursos obtidos em um acordo judicial. Após a primeira recomendação, o processo de licitação chegou a ser aberto, mas foi interrompido quando o Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade pela saúde indígena.

Em 2010, a Sesai também alegou que não poderia atuar porque a terra "não era indígena". A secretaria afirmou que só autorizaria a construção após parecer técnico de regularidade da terra indígena. O Ministério Público Federal, então, ajuizou ação civil pública para conseguir o melhoramento na aldeia.

Enquanto a União ficava isenta da responsabilidade, o MPF lembrou no pedido de liminar que os índios continuavam sem acesso à água, estando vulneráveis a doenças e expostos a péssimas condições sanitárias. A ausência de água também prejudica a cultura daquele povo. Devido à falta de água, jovens da comunidade não puderam, segundo o costume, aprender a nadar ou pescar e, pela falta de irrigação, não é possível o desenvolvimento da agricultura indígena na parte baixa da aldeia.

Os Ofayé-Xavante passaram por grandes dificuldades em Mato Grosso do Sul. Ainda no século XIX, grande parte da comunidade foi expulsa pelos colonos que chegavam ao Mato Grosso. O grupo remanescente, que ocupava área na região de Brasilândia, foi expulso da terra em 1978 e se espalhou pelo estado. Oito anos depois, os indígenas atravessaram o estado a pé para retornar às suas terras tradicionais, onde foram recebidos como estranhos. Passaram a ocupar uma área provisória, após acordo com a Funai.

Em 1997, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), anunciou a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta no Rio Paraná, que iria inundar a aldeia dos Ofayé. A Cesp e a Funai celebraram acordo para transferir os índios para uma área de 484 hectares – que hoje é a parte alta da aldeia.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

Em 2002, o MPF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a CESP, em que a empresa se comprometia a oferecer uma contrapartida pela inundação da terra indígena. Com os recursos, outra área foi adquirida, tornando-se a parte baixa da aldeia. Atualmente, 60 famílias ocupam pouco mais mil hectares.

Fonte: Alessandra Marimon (Especial para o Capital News - [www.capitalnews.com.br](http://www.capitalnews.com.br))

**O cio da terra. O planeta, a humanidade e o direito dos povos**

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 14.07.2014

*Em prejuízo de avanços alcançados nos últimos anos, grandes proprietários rurais ainda exercem pesada influência sobre as decisões do Estado*



O respeito à cultura e aos direitos dos povos tradicionais é parte de um futuro mais justo

O interesse pela questão indígena é crescente no Brasil contemporâneo. Durante muito tempo, uma parcela minúscula da sociedade desfrutou sem ser incomodada da ocupação indevida da terra pertencente a comunidades tradicionais. Não raras vezes, à base de violência e com a omissão dos poderes públicos. Com a Constituição de 1988 – fruto da pressão de amplos setores organizados sobre um Congresso Nacional em dívida com a democracia –, comunidades indígenas passaram a ter reconhecida pelo Estado a ascendência sobre a posse e a ocupação de seus territórios originais. Hoje, cresce a visão da importância dos índios para a terra. Seja por sensibilidade ambiental, seja por consciência solidária e cidadã.

O respeito a culturas e direitos dos povos tradicionais – entre os quais também quilombolas, caçaras e ribeirinhos – vem da crença na necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, da superação do individualismo e do consumismo para uma reorganização

CONT.



das sociedades e das economias. Essa mudança de rota é vital para dar maior sobrevida ao planeta e à humanidade.

Em prejuízo de avanços alcançados nos últimos anos, grandes proprietários rurais ainda exercem pesada influência sobre as decisões do Estado. A lentidão na execução de processos de demarcações e de retomadas de Território Indígena (TI) resulta em parte do poderio dos ruralistas, sobretudo no Legislativo – onde atualmente disputam com o Executivo o direito de decidir sobre demarcações. Por isso, as vitórias alcançadas pelas comunidades são escassas e árduas. Daí a escolha de levar para a capa desta edição o vitorioso resultado das batalhas de uma comunidade Xavante, em Mato Grosso, para reaver o pedaço de mundo onde nasceram seus ancestrais. E de onde haviam sido expulsos há quase 50 anos pela ganância.

Com a proximidade das eleições, é importante que leitores e eleitores reflitam sobre suas responsabilidades na contaminação da política pelos que dela usufruem em benefício próprio. É necessário identificar a quem se estará delegando poderes de legislar e governar. E saber que existe vida além das eleições para se travar a batalha por um país melhor. Como ensina o povo Xavante de Marãiwatsédé.



## **Petição online busca verba para realização da 8ª Aldeia Multiétnica, na Chapada dos Veadeiros**

SÍTIO JORNAL OPÇÃO, 14.07.2014

Uma petição online busca arrecadar recursos suficientes para a realização da 8ª Aldeia Multiétnica, evento que ocorre paralelamente ao 14º Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, na vila de São Jorge, a 35 km de Alto Paraíso, entre 19 de julho e 2 de agosto.

A Aldeia Multiétnica foi criada em 2007 e desde o início contou com a participação de representantes de tribos indígenas kayapó mebêngokrê (Pará), krahô (Tocantins), kamayurá, yawalapiti e kuikuro (do Parque Indígena do Xingu), dessana (Amazônia), fulni-ô (Pernambuco), ashaninka, kaxinawá, kuntanawá, yawanawá (Acre), xavante (Mato Grosso), entre outros.

O dinheiro seria justamente para bancar o transporte e a alimentação deles, principalmente, além de cobrir gastos com equipe, manutenção e registro do evento. Em um espaço homônimo, às margens do rio São Miguel, os indígenas constroem casas típicas, fazem rituais e repassam sabedoria aos participantes, de forma gratuita.

### **Angústia**

O idealizador do encontro, Juliano Basso, expressou sua preocupação pela possibilidade da não realização da aldeia. "Este ano, não sei exatamente por quais fatores, não conseguimos patrocínio ou apoio para a realização da VIII Aldeia Multiétnica. Talvez por ser um ano com tantos acontecimentos, como o torneio mundial de futebol realizado no país e as eleições", analisou ele, em postagem na página oficial do evento no Facebook.

O contato com os índios também foi ideia de Fernando Schiavini, indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai). O objetivo era o de tornar a cultura do Brasil mais acessível, com o incentivo de discussões e maior visibilidade às questões indígenas.

Coordenador geral do evento, Basso sugeriu que a ideia de buscar o financiamento coletivo poderia ser uma alternativa, já que o endereço da rede social conta com mais de 40 mil seguidores. A proposta inicial era a de que cada um contribuísse com R\$ 10, no entanto, o engajamento foi baixo, apesar das recompensas oferecidas.

Até este domingo, 197 pessoas colaboraram com a campanha -- o que corresponde a R\$ 10.130 mil arrecadados -- lançada no Catarse, site de petições. "Fizemos uma divulgação massiva da campanha e fica a dúvida: as pessoas não viram, não tomaram ciência, ou não acharam importante participar efetivamente dessa história?", questionou ele, que disse estar aflito com a situação. Na planilha apresentada por Basso (confira abaixo), estava previsto o recebimento de R\$ 80 mil e a respectiva destinação do montante. A campanha foi iniciada em



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

---

10 de junho e dura até o próximo dia 20.



| Item                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Unid    | Qtde | Ocorr | Valor Unitário | Total                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------|-------|----------------|----------------------|
| <b>Transporte</b>                                                                                                                                                                                                                                                                              |         |      |       |                |                      |
| Kayapós (40 indígenas)                                                                                                                                                                                                                                                                         | serviço | 1    | 1     | 12.000,00      | R\$ 12.000,00        |
| Xínguanos (20 indígenas)<br>Frete = R\$1400,00<br>combustível (traslado da aldeia até cidade) - (800 litros + 20 litros óleo 2 tempos) = R\$3.180,00 /<br>Passagens Canarana X Brasília = R\$5.400,00                                                                                          | verba   | 1    | 1     | 9.980,00       | R\$ 9.980,00         |
| Fulni-ô (20) = Locação de VAN (Pernambuco X São Jorge)                                                                                                                                                                                                                                         | verba   | 1    | 1     | 8.000,00       | R\$8.000,00          |
| Krahô (30) – Aldeia a Itacajá – Frete Aldeia R\$800,00 / Itacajá X São Jorge                                                                                                                                                                                                                   | verba   | 1    | 1     | 8.000,00       | R\$8.000,00          |
| Xavantes (20) – Terra indígena Xavante X Canarana (R\$1200,00) X Brasília (R\$5.400,00)                                                                                                                                                                                                        | verba   | 1    | 1     | R\$6.600,00    | R\$6.600,00          |
| 20 lideranças de demais etnias                                                                                                                                                                                                                                                                 | verba   | 1    | 1     | R\$10.000,00   | R\$10.000,00         |
| <b>Alimentação</b>                                                                                                                                                                                                                                                                             |         |      |       |                |                      |
| Alimentação em viagem (ida e volta)                                                                                                                                                                                                                                                            | Diária  | 150  | 200   | 30.000,00      | R\$30.000,00         |
| Refeição (café, almoço e jantar) para 150 pessoas durante 7 dias                                                                                                                                                                                                                               | Unidade | 450  | 7     | 15,00          | R\$ 47.250,00        |
| <b>TOTAL das despesas gerais da Aldeia</b>                                                                                                                                                                                                                                                     |         |      |       |                | <b>R\$131.830,00</b> |
| <b>Solicitado</b>                                                                                                                                                                                                                                                                              |         |      |       |                | <b>R\$80.000,00</b>  |
| <b>Percentual do Catarse (13%)</b>                                                                                                                                                                                                                                                             |         |      |       |                | <b>R\$10.400,00</b>  |
| Destacamos que além das despesas acima a Aldeia tem vários outros custos como equipe, manutenção, registro, etc. que serão arcados através de outros apoios e da cobrança de entrada para participação das atividades, que não foram mensurados. Por isso contamos com a colaboração de todos. |         |      |       |                |                      |

Planilha detalha os caminhos que o dinheiro doado irá fazer | Foto: Reprodução/Encontro de Culturas

Em edições passadas as comunidades indígenas se mobilizavam desde o início do ano para participarem do evento. Mas diante desse panorama, a atração paralela corre o risco de não acontecer. Conforme o texto da petição, pela primeira vez a organização se vê obrigada a cobrar uma taxa para participação dos visitantes na aldeia. “Todos os anos, parte do patrocínio é revertido diretamente aos povos indígenas, e, em 2014, esta foi a melhor forma que encontramos para manter essa colaboração”, relata o comunicado.

Ambos os eventos acontecem em um ambiente rodeado pela natureza preservada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Nesta época, o clima é seco, mas a flora fica verde e pulsante. Os banhos refrescantes nas diversas cachoeiras são garantidos ao final das trilhas. E com a realização da do Encontro Tradicional e da Aldeia Multiétnica, outro banho deve ser constatado: o da cultura.



## **Quilombos do Vale do Ribeira iniciam projeto de proteção ao seu Sistema Agrícola Tradicional**

SÍTIO CEDEFES, 14.07.2014

*Com o apoio do ISA, 18 comunidades quilombolas da porção paulista do Vale do Ribeira, deram início ao projeto Sistema Agrícola Quilombola: soberania alimentar, cultura e geração de renda. Trata-se da segunda etapa do projeto que resultou no Inventário Cultural dos Quilombos do Vale do Ribeira, publicado em livro e em vídeo.*

Com o apoio do ISA, 18 comunidades quilombolas da porção paulista do Vale do Ribeira, deram início ao projeto Sistema Agrícola Quilombola: soberania alimentar, cultura e geração de renda. Trata-se da segunda etapa do projeto que resultou no Inventário Cultural dos Quilombos do Vale do Ribeira, publicado em livro e em vídeo. (Acesse aqui o livro. Assista ao vídeo).

A reunião que deu início à segunda fase do projeto realizou-se em Eldorado, em 19 de maio, e contou com representantes do ISA e das comunidades de São Pedro, Ivaporunduva, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça, Abobral, Galvão, Pilões, Maria Rosa, Piririca, Porto Velho, Nhunguara, Bombas, Praia Grande, Cangume, Morro Seco e Mandira.

Durante o encontro foi retomado o diálogo com os agentes culturais locais e representantes das comunidades quilombolas que participaram da primeira etapa do projeto, incluindo mais duas comunidades (Piririca e Poça). A primeira fase resultou no Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, realizado entre 2009 e 2012, e foi lançado em livro e em vídeo durante a Feira de Sementes, em agosto de 2013, em Eldorado. A pesquisa participativa incluiu 20 agentes culturais locais, realizou 590 entrevistas com 213 quilombolas e identificou 180 bens culturais imateriais relacionados aos conhecimentos e práticas que sustentam o modo de vida destas comunidades.

No seminário final de apresentação do inventário, em Iporanga (SP), em outubro de 2011, as 16 comunidades que dele participaram definiram que o sistema agrícola - que associa elementos da cultura material e imaterial e guarda um vasto conhecimento sobre os processamentos dos alimentos, técnicas de plantios, entre outros - consiste no bem cultural mais importante e compartilhado entre elas. E enfatizaram a necessidade de implementar ações para a sua salvaguarda. Uma delas foi a formalização da solicitação de registro do Sistema Agrícola Quilombola junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Restrições ao modo de produção relacionadas com a legislação ambiental, a saída dos jovens para trabalhar nas cidades e as dificuldades de comercialização dos produtos tradicionais e de pequena escala constituem ameaças ao Sistema Agrícola Quilombola.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

Assim, o ISA formulou um projeto, no início de 2014, e conseguiu o patrocínio da Petrobrás. Além da elaboração do dossiê para a obtenção junto ao Iphan do registro do sistema agrícola quilombola como patrimônio nacional, o objetivo é também fomentar a produção das roças tradicionais e a comercialização de seus produtos visando a segurança alimentar das comunidades, a transmissão cultural dos saberes e a geração de renda complementar.

Nessa segunda fase, o projeto vem apoiando a cooperativa quilombola na comercialização dos produtos da roça, realizando viagens de intercâmbio entre comunidades para trocas de sementes e está organizando a VII Feira de Troca de Sementes e Mudas Tradicionais dos Quilombos do Vale do Ribeira, que ocorrerá nos dias 22 e 23 de agosto no município de Eldorado (SP).

Fonte: ISA / [www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)



---

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

SÍTIO CEDEFES, 14.07.2014

*"A parceira do PNUD com a SEPPIR abre possibilidades para que o Brasil crie o que chamo de uma segunda geração de políticas de inclusão."*

A afirmação de Luiza Bairos, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), resume em poucas linhas os objetivos do projeto Quilombos Sustentáveis, cujos primeiros passos foram dados em 2013, na busca de soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais das comunidades quilombolas.

Fruto de uma parceria entre PNUD, Fundação Ford e a SEPPIR, em apoio ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), a iniciativa tem a regularização fundiária dos territórios quilombolas como base. Graças a este mecanismo, as comunidades passarão a ter acesso aos direitos de cidadania, beneficiando-se de políticas públicas e realizando projetos com o governo e a sociedade civil.

Em 2013, a compilação de dados nacionais e estaduais permitiu a consolidação de um banco de dados cartográfico dos territórios quilombolas já homologados. Foram identificados 65 territórios, sendo que oito apresentavam pendências na precisão da demarcação de suas áreas. Com o apoio do IBGE, o projeto contou também com a realização do Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo a Cor ou Raça - Pretos e Pardos - Brasil.

Entre outras atividades, estiveram o levantamento junto à CONAB sobre o acesso das comunidades quilombolas a mercados institucionais de escoamento de produtos agrícolas e a realização de 13 oficinas de formação sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: <http://koinonia.org.br/>



## **Xukuru-Kariri protegido por programa de direitos humanos é preso pela PM dentro da terra indígena**

SÍTIO CEDEFES, 14.07.2014

Motivados pela denúncia de que um homem “numa moto preta e com capacete preto” havia realizado assaltos no centro de Palmeira dos Índios, Alagoas, e fugido em direção ao Bairro da Cafurna, área de retomada da Terra Indígena Xukuru-Kariri, contígua ao núcleo urbano sede do município, policiais militares prenderam na noite da última sexta-feira, 11, o agente de saúde indígena e liderança do povo José Carlos Araújo Ferreira, mais conhecido na comunidade como Carlinhos. As informações constam no boletim de ocorrência lavrado no ato da prisão preventiva.

A defesa da liderança impetrou na manhã desta segunda-feira, 14, na Comarca de Palmeira dos Índios, pedido de revogação da preventiva e relaxamento da prisão. “A liderança foi presa dentro da terra indígena e a Polícia Militar não tem competência para tal, pois se trata de área federal”, defende o advogado Isloany Nogueira Brotas. Carlinhos segue detido na delegacia de Palmeira dos Índios.

O agente de saúde, desde o ano passado, é protegido, ao lado de outras duas lideranças xukuru-kariri, pelo Programa de Defensores de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. As ameaças contra o indígena se intensificaram com a retomada da aldeia Cafurna de Baixo, que há pouco mais de um ano se encontrava nas mãos de invasores. Neste local de conflito agrário a liderança foi presa. Carlinhos, além de agente de saúde, é integrante da Comissão de Luta pela Terra do povo Xukuru-Kariri.

A proteção do Estado tampouco fez recuar as ameaças de fazendeiros e policiais que sucessivamente o perseguiram na área retomada e na cidade. A liderança precisava fazer a própria segurança. Por conta disso, o indígena mantinha uma arma para se proteger em situações de mais vulnerabilidade. Nesse contexto, quando os policiais o revistaram encontraram uma arma calibre 38 de uso permitido. Autuado por porte ilegal de arma, o indígena foi detido.

Nas demais aldeias Xukuru-Kariri os indígenas entraram em alerta. Em conversas e reuniões, a comunidade chegou a ao consenso de que a paralisação da demarcação dos pouco mais 7 mil hectares é a causa da criminalização de Carlinhos. A Fundação nacional do Índio (Funai) estava na fase do levantamento fundiário para a indenização de benfeitorias das 463 ocupações dentro da terra indígena. O trabalho é parte do procedimento de demarcação.

Em Brasília, a pressão política feita por parlamentares, como o ex-presidente e atual senador Fernando Collor, fez o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo paralisar os trabalhos e montar uma “mesa de diálogo”. As discussões não caminharam, pois o governo e seus aliados ocupantes da terra indígena queriam a diminuição da demarcação, que há 30 anos teve início

CONT.



com 36 mil hectares até cair para os atuais sete. Os Xukuru-Kariri se negam a reduzir sequer um palmo do território tradicional que lhes sobrou.

Com o impasse, as intimidações dos ocupantes contra os indígenas aumentaram de forma substancial. “Estava para acontecer isso com Carlinhos. A polícia entrava direto na aldeia retomada atrás dele. Desde 2011, o povo Xukuru-Kariri vem sofrendo todo tipo de ameaça. A polícia aqui sempre ajudou a nos ameaçar. Por outro lado, o Estado não cumpre o papel devido, que é de proteger lideranças e demarcar as nossas terras”, afirma uma liderança indígena, que não identificamos por motivo de segurança.

#### Paralisação das demarcações

A prisão do agente de saúde indígena Xukuru-Kariri é mais um episódio de criminalização de lideranças que lutam Brasil afora pela demarcação de territórios tradicionais. Em maio deste ano, durante o trancamento de uma estrada vicinal na região do município de Faxinalzinho (RS), um grupo de indígenas Kaingang, que reivindicavam a regularização da Terra Indígena Kandóia, foi atacado por indivíduos que forçavam a passagem pela manifestação. No conflito, dois agricultores acabaram mortos. Em ação orquestrada, a Polícia Federal prendeu cinco lideranças Kaingang sem nenhuma prova. O Superior Tribunal de Justiça (STF) deferiu pedido liminar pela libertação dos indígenas.

Tanto em Alagoas como no Rio Grande do Sul a paralisação das demarcações pelo ministro Cardozo, em prol de mesas de diálogo ao largo das determinações constitucionais, reforçam os conflitos entre indígenas e os ocupantes das terras tradicionais. Na Bahia, os povos Tupinambá de Olivença e Xakriabá de Cocos vivem situações semelhantes com indícios de milícias armadas agindo contra as comunidades.

“Estava tudo bem encaminhado aqui (Alagoas), mas os servidores da Funai foram obrigados a parar o trabalho com apenas 18 laudos fundiários de indenização prontos. Se olharmos outros exemplos, como no caso dos Pataxó Hã-hã-hãe (BA), só a demarcação garantiu o fim da violência contra os indígenas”, opina a liderança indígena.

Fonte: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

**Relação entre a África e quilombos locais exposta no FIG**  
SÍTIO LEIA JÁ, 14.07.2014

*Projeto fotográfico conta com 50 imagens feitas em viagens pelo continente africano*



Para montar a mostra, Diego Di Niglio passou por países africanos como Moçambique, Malauí, Burkina Faso, Senegal, Níger, Chade, Camarões, Togo, Benin e Gâmbia

Como parte da programação do 24º Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), o fotógrafo Diego Di Niglio apresenta, a partir desta quinta-feira (17), a exposição Instantâneas da África, com imagens que mostram a relação do continente com os quilombos de Pernambuco. A mostra gratuita está dividida e ficará exposta em dois locais, na Casa Galeria Galpão, das 14h às 19hs, e na Galeria Espaço em Branco, das 16h às 21h.

Instantâneas da África fica aberta a visitação até o dia 26 de julho, e depois seguirá para Triunfo, acompanhando o Festival Pernambuco Nação Cultural. A exposição é um projeto fotográfico composto por 50 imagens feitas durante viagens entre 2002 e 2007, em diferentes países africanos como Moçambique, Malauí, Burkina Faso, Senegal, Níger, Chade, Camarões, Togo, Benin e Gâmbia. A seleção das fotos teve a curadoria de Lía Miceli López Lecube.

Além da exposição durante o FIG, os fotógrafos Mateus Sá e Guga Soares, em colaboração com  
CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

Diego Di Niglio, realizaram entre os dias 16 e 20 de junho passado uma oficina de fotografia com jovens da comunidade quilombola de Timbó (Garanhuns), cujo trabalho será apresentado em exposição na própria comunidade no dia 17 de julho, com uma expedição fotográfica que levará o público até o local.

Serviço

Instantâneas da África, de Diego Di Niglio

Quinta (17) a 26 de Julho

Espaço em Branco (Rua São Bento, 21) | 14h às 19hs

Casa Galeria Galpão (Av. Dantas Barreto, 34) | 16h às 21hs

Gratuito

(81) 8822 1344



---

**MA: Incra reconhece Comunidade Santa Rosa dos Pretos como remanescente de quilombo**

SÍTIO INCRA, 14.07.2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu e declarou as terras de Santa Rosa dos Pretos, no município maranhense de Itapecuru-Mirim, como Comunidade Remanescente de Quilombo. A Portaria que oficializou o ato foi publicada na sexta-feira (11), no Diário Oficial da União.

Para que o Incra reconhecesse a área de 7.496,9184 hectares das terras de Santa Rosa dos Pretos como Comunidade remanescente de quilombo, primeiramente a Autarquia providenciou um estudo da área, para a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Em seguida vieram as etapas de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações e, por último, a aprovação em definitivo desse Relatório, explicou o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra-MA, Jovenilson Correia.

“O próximo passo agora, de acordo com o procedimento legal, será o trabalho para a regularização fundiária do Território, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação para fins de interesse social”, acrescentou.

**Relatórios Antropológicos**

Correia informou também que 27 Relatórios antropológicos de comunidades quilombolas no Maranhão encontram-se em fase de conclusão. Esses relatórios foram contratados por meio de um pregão nacional, que licitou empresas em todo o país para realização desses serviços.

O Incra-MA também realizou um pregão regional que resultou na contratação de mais 29 Relatórios antropológicos para a regularização de Territórios quilombolas, o que beneficiou aproximadamente 107 povoados de comunidades quilombolas maranhenses.

Ainda de acordo com Correia, o Incra vem trabalhando, de forma direta, na regularização de outras 20 Comunidades Quilombolas no Maranhão.



---

**A cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**  
SÍTIO CEDEFES, 14.07.2014

A cartografia social permite às populações desenhar, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios que ocupam. No Brasil, as primeiras iniciativas foram desenvolvidas em territórios da Amazônia Legal, e depois se estenderam para outras regiões brasileiras, especialmente na área rural. No entanto, já há experiências envolvendo comunidades urbanas.

O mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, e é um instrumento utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos econômicos – como construção de usinas hidrelétricas e implantação de projetos de mineração –; problemas relacionados à grilagem de terras, ao não cumprimento de normatizações referentes às delimitações de terras indígenas e a áreas de preservação/ proteção ambiental.

Em vez de informações técnicas, os mapas sociais são construídos de forma participativa e apresentam o cotidiano de uma comunidade. Neles, são colocados localidades, rios, lagos, casas, equipamentos sociais como hospitais, escolas, e outros elementos que as populações envolvidas julgam importantes.

Nesta entrevista, os professores Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, do Laboratório de Geoprocessamento (Labocart), da Universidade Federal do Ceará (UFC), explicam o que é cartografia social, como surgiu, com que objetivos, sua utilização na caracterização espacial de territórios, principalmente daqueles em disputa, ou de grande interesse socioambiental, econômico e cultural; e sua importância na defesa de direitos de populações vulneráveis.

Rede Mobilizadores – O que é a cartografia social? Quando ela começou a se disseminar?

R.: A Cartografia Social constitui-se como um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos da paisagem. Nessa perspectiva, os territórios das comunidades tradicionais se caracterizam por serem, mais fortemente, ligados ao campo simbólico, e não simplesmente às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica circundante. Ou seja, o sentimento de pertencimento à terra, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, aos rituais, entre outros, se aglutinam formando uma conjuntura legitimadora dos territórios vividos.

CONT.



O primeiro estudo sistemático reconhecido como mapeamento participativo remonta da década de 1970, no Canadá, a partir do desenvolvimento do "Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós". Participaram deste projeto centenas de esquimós e foram produzidos mais de duzentos mapas de uso e ocupação da terra. A partir dessa experiência, ainda naquele período, surgiram outras ações semelhantes, como a "União de Chefes Índios da Columbia Britânica", com mapas sociais construídos a partir do ponto de vista das Primeiras Nações, nome utilizado no Canadá para descrever os povos indígenas da América do Norte que não são de descendência de Esquimós ou Metis.

No Brasil, o conceito de Cartografia Social surge com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, já no início da década de 1990, coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner, atualmente professor da Universidade do Estado do Amazonas. Este projeto obteve experiências de mapeamento social realizadas na área correspondente ao Programa Grande Carajás, projeto de exploração mineral iniciado em 1980 pela Empresa Vale S.A., na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro.

Assim, o território que antes era ocupado com base tradicional de uso coletivo, no caso, atividades extrativistas (borracha e castanha), pesca, coleta de frutos e agricultura de subsistência, seria demarcado, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir de uma visão capitalista segmentada, cartesiana e individualista, por meio da consolidação de assentamentos rurais. Nesse contexto, a elaboração de mapas que representassem o conhecimento espacial tradicional e coletivo da terra, demonstrando que os usos diversos do território não estavam associados aos limites exatos e geométricos de determinado terreno e sim a um uso coletivo e multifacetário, foi fundamental para a elaboração de políticas fundiárias e ambientais nacionais, com a discussão de legislações, a elaboração de planos de uso, de manejo e de gestão territorial e a criação de Reservas Extrativistas.

Desde então, existem centenas de programas, projetos, experiências e vivências, desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento (ciência, arte e educação) por universidades, organizações não governamentais, associações de moradores, sindicatos, redes interpessoais, coletivos, grupos virtuais, organizações religiosas, ativistas e mesmo artistas plásticos, que incorporam as técnicas e metodologias de mapeamento participativo da Cartografia Social em suas ações, adaptando os conteúdos e as construções dos produtos cartográficos, conforme a realidade de cada comunidade (rural, urbana, presencial, virtual, tradicional, etc.) e de cada objetivo a que se pretende atingir (legalização de terras públicas, posse legal da terra, melhorias habitacionais, publicização de fenômenos e/ou situações de vida, divulgação de serviços, infraestrutura e/ou cultura de um determinado lugar/ povoação, etc.).

Nessa perspectiva, pode-se citar alguns trabalhos no mundo onde se utilizaram métodos de mapeamento participativo, com finalidades diversas, como na:

- (i) Europa: reivindicações de recursos naturais, como fontes de água, florestas comunitárias, áreas de pastoreio;
- (ii) África: relacionado às questões de proteção dos usos das terras e do modo-de-vida tribais,

CONT.



problemas com mineração e construção de grandes obras hídricas, e discussão de questões geopolíticas;

(iii) Ásia: situação territorial, econômica e política dos aborígenes australianos, diagnóstico das fontes de água, discussões referentes às questões de gênero, gerenciamento de unidades de conservação, manejo de agricultura em áreas montanhosas, conflitos relacionados aos recursos florestais;

(iv) América do Norte: mapeamento de terras indígenas (índios Cherokees);

(v) América Latina: mediação de conflitos na floresta amazônica, demarcação de terras indígenas e de quilombolas, diagnósticos socioculturais e econômicos, manejo de fontes de água, etc.

Rede Mobilizadores – Onde a cartografia social está mais presente no território brasileiro? Por quê?

R.: Os primeiros trabalhos de cartografia social foram desenvolvidos em territórios da Amazônia Legal, e continuam sendo fortemente atuantes em estados como Pará, Tocantins, Maranhão, Acre e Amazonas, envolvendo populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, devido aos grandes projetos de usinas hidrelétricas, problemas relacionados à grilagem de terras e ao não cumprimento das normatizações referentes às delimitações de terras indígenas e áreas de preservação/ proteção ambiental.

Pode-se citar também diversos estudos que são desenvolvidos com comunidades da região Nordeste, com foco nas comunidades pesqueiras e indígenas litorâneas, devido ao avanço dos empreendimentos de energia eólica, carcinicultura [criação de camarões em viveiros] e os resorts que atendem, em especial, à demanda internacional, além de territórios comunitários de agricultores familiares, quebradeiras de coco babaçu, cipozeiros, índios e quilombolas atingidos por grandes empreendimentos econômicos, como mineração, obras hídricas, dentre outros.

Na região Sul existem relatos técnico-científicos referentes ao mapeamento social com comunidades quilombolas e na região Sudeste com os caiçaras (pescadores tradicionais da região).

Todavia, vale ressaltar que há cerca de três ou quatro anos estamos acompanhando o desenvolvimento de técnicas e métodos relacionados ao mapeamento social de comunidades urbanas e mesmo com a utilização de mídias sociais e dispositivos tecnológicos diversos (móveis, de rede local e outros). Nesse contexto, podemos citar dezenas de estudos em áreas de risco urbanas (por exemplo, no Rio de Janeiro, a Maré, em Fortaleza, o Poço da Draga), comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus e em Belém.

Rede Mobilizadores – Em geral, que dados estão presentes num mapa social? Quem define o que deve constar no mapa?

R.: O mapa é a representação plana de porção do espaço geográfico e é considerado, por muitos estudiosos, como uma “linguagem universal”, por conter símbolos e signos diversos, que representam elementos da paisagem, objetos, fenômenos e situações.

CONT.



Considerado o mais importante produto cartográfico, o mapa está intrinsecamente relacionado ao conceito de cartografia, que pode ser considerada, de forma simplificada, como ciência, técnica e arte de se representar o espaço geográfico através de mapas, cartas, fotoimagens, etc., obedecendo-se os preceitos de proporção e localização.

Dessa forma, é importante que um mapa, independentemente de sua finalidade, possua alguns elementos técnicos básicos, como título, autoria, data de elaboração, escala, malha de coordenadas (geográficas e/ou métricas), legenda, convenções e orientação (definição do norte geográfico).

Assim, o título do mapa sintetiza o tema abordado por ele, da mesma forma que a legenda condiz com a temática trabalhada no produto. Podemos exemplificar da seguinte forma: um mapa sobre a infraestrutura de serviços de uma determinada comunidade deve conter uma legenda que explicita o que existe de fato na área: escola, padaria, oficina de artesanato, casa de farinha, associação de moradores, etc.

Porém, é importante dizer que os dados contidos em um mapa social são definidos conforme a própria demanda da comunidade, ou seja, os moradores que participam das reuniões de cartografia social decidem sobre as temáticas que serão espacializadas no mapa e como estes temas devem se cristalizar na legenda. Em geral, são assuntos relacionados à infraestrutura comunitária, delimitação das terras, denominação dos usos diversos (conservação, caça, pesca, agricultura etc.), aspectos culturais, religiosos e míticos, e conflitos com terceiros.

Rede Mobilizadores – A população envolvida participa do processo de mapeamento? De que forma?

R.: O mapa social só existe a partir da participação efetiva e incondicional da população envolvida. Nesse aspecto, é importante ressaltar que as metodologias utilizadas durante os trabalhos de cartografia social devem conter métodos participativos de transferência de tecnologia e do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, antes de construir o produto final, é imprescindível a abordagem de conteúdos relacionados à ciência cartográfica, com seus elementos técnicos básicos, a abordagem das teorias referentes à cartografia social, e a aprendizagem no que diz respeito ao manuseio de instrumentos de localização, como o receptor GPS (Sistema de Posicionamento Global).

A partir dessa alfabetização cartográfica, inicia-se o processo de diagnóstico da comunidade, ou seja, a produção do “mapa do presente”, com a definição de fronteiras e limites, a localização de elementos sociais e naturais considerados identitários da comunidade. Na sequência, são feitas reflexões a cerca do desejo da comunidade em relação ao seu território, quando são produzidos os “mapas do futuro” ou mapas referentes ao planejamento ideal da comunidade, conforme as situações-problema levantadas durante a elaboração do mapa-diagnóstico.

Tal situação pode ser exemplificada com a construção de mapas em áreas de risco urbanas,

CONT.



consolidadas ou em processo de consolidação, quando são enumerados os problemas de infraestrutura e serviços com os quais a comunidade convive, e são relacionados os projetos que beneficiariam os moradores, como sistema de esgoto, escolas, posto de saúde, áreas de lazer, etc.

É importante registrar que existem experiências com diversos registros científicos em países da África e da Ásia, que já estão desenvolvendo sistemas de informação geográficos público-participativos – SIGPP (na sigla em inglês PPGIS), onde são construídos vários produtos cartográficos de um determinado território – incluindo-se mapas, fotografias aéreas, imagens de satélite, e são vinculadas informações com textos, estatísticas, fotografias e vídeos. Este banco de dados poderoso é gerenciado pela própria comunidade e auxilia, de modo contundente, nas ações de manejo e planejamento do território comunitário.

Rede Mobilizadores – Qual a sua importância para o empoderamento de populações tradicionais?

R.: Os mapas são uma abstração do mundo, elaborados sempre a partir de um ponto de vista, conforme reflexão de Henri Acセルrad e Luis Régis Coli, publicada no livro Cartografias Sociais e Território, de 2008. Considerados, essencialmente, como uma linguagem do poder, palavras de Brian Harley em artigo publicado no Anthropos/Economica em 1995, as representações espaciais de parte de territórios em um plano revelam a identidade dos lugares, a síntese social e natural das diversidades paisagísticas, os limites e fronteiras físico-territoriais, políticos, emocionais, psicológicos, individuais e coletivos de um grupo.

Os mapas são representações concretas do espaço vivido e pensado e, como tal, são o retrato de uma comunidade, de um povo, dos moradores de uma determinada localidade. Essas realidades podem ser reproduzidas a partir da visão de grupos distintos, como crianças, idosos, mães, pescadores, agricultores, artesãos, professores, agentes de saúde. Para cada grupo, ter-se-á uma visão diferenciada do território e, por consequência, um mapa distinto e único.

Assim, os mapas são relevantes para a identidade de um grupo, à medida que exigem reflexão, generalização e seleção das informações de um determinado território e essa produção de conhecimento, que vem bem antes da preparação do produto final, é o que verdadeiramente empodera uma determinada população, pois viabiliza as ações de pensar, refletir, sentir, sonhar, criar e, finalmente, agir.

Rede Mobilizadores – Pode citar exemplos em que a cartografia resultou em conquistas para comunidades e/ou populações?

R: Uma experiência marcante relacionada à Cartografia Social no território nacional foi, sem dúvida, com relação ao projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, pois resultou na criação de políticas sociais e ambientais voltadas às comunidades tradicionais, em especial a criação de reservas extrativistas.

Existem relatos de conquistas relacionadas à demarcação de território, em áreas rurais, e à permanência do direito à moradia e aos serviços públicos, em áreas urbanas. Nesse sentido,

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

pode-se citar quilombos, terras indígenas, comunidades ribeirinhas e extrativistas do Norte e Nordeste, áreas atingidas por grandes projetos, como os da Copa do Mundo da Fifa nas cidades-sede, e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, dentre outros.

Todavia, vale ressaltar que os mapas sociais compõem um processo muito mais amplo e moroso de delimitação legal de terras e aquisição de direitos constitucionais, que arrasta-se por anos na Justiça e requer a reunião de aparatos legais precisos, sendo esta etapa, muitas vezes, auxiliada por advogados populares e pelo Ministério Público.

Entrevista do Eixo de Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades

Concedida à: Eliane Araujo

Editada por: Sílvia Sousa

Fonte: <http://www.mobilizadores.org.br/>



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

**O Leme, boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores, já está no ar**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.07.2014



Por Comunicação CPP

Já está no ar o boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), O Leme, dos meses junho/julho de 2014. Esta edição traz uma entrevista com o representante do Coletivo Internacional de Apoio aos Pescadores Artesanais (ICSF) na Bélgica, Brian O’Riordan, sobre a aprovação das diretrizes mundiais para a pesca de pequena escala, importante marco para o setor. O Leme apresenta também as atividades desenvolvidas por comunidades pesqueiras de todo país em homenagem ao dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores e pescadoras artesanais. Além disso, cultura, mística e as últimas notícias sobre a pesca artesanal podem ser conferidas no decorrer do material.

**Com entrada gratuita, exposição "Traçados Regionalis" retrata o cotidiano dos ribeirinhos, indígena e a amazônia**  
SÍTIO PORTAL DO AMAZONAS, 15.07.2014



A exposição "Traçados Regionalis" de Di Paradise retrata o cotidiano dos ribeirinhos, indígena e a natureza amazônica. A característica principal do artista é o peixe amazônico. O evento está aberto ao público de segunda a sexta-feira, das 9h até às 18h, e aos sábados, das 8h às 13h e segue até o dia 31 de julho. As obras trabalhadas em graffiti são feitas de caneta posca e tinta acrílica estarão expostas no Espaço Cultural O Alienígena, localizado na Rua Lima Bacury, 64, Centro de Manaus.

#### Agenda

Exposição Traçados Regionalis, de Di Paradise

Data: até o 31 de julho

Horário: segunda a sexta-feira, das 9h até às 18h, e aos sábados, das 8h às 13h

Local: Espaço Cultural O Alienígena (Rua Lima Bacury, 64, Centro de Manaus)

Ingressos: Entrada Gratuita



---

**Jogos Indígenas da Capital espera cerca de 400 atletas em sua 9ª edição**

SÍTIO BBC BRASIL, 15.07.2014

A 9ª edição dos Jogos Indígenas de Campo Grande tem a expectativa de ser a melhor edição das disputas. De acordo com a organização 22 comunidades devem participar, totalizando cerca de 400 atletas. As disputas começam oficialmente dia 27, mas dia 20 já tem jogos, pois o voleibol foi antecipado.

A competição acontecerá no Parque Ayrton Senna em seis modalidades. Para participar foram convidadas as etnias Terenas, Guatós, Kimikinau, Guaranís-Caiuás e Kadiwes, além das etnias Xavante e Bororó, oriundos do MT.

As disputas acontecem nas modalidades de atletismo, voleibol, futebol society, arco e flecha, lança e cabo de guerra. As quatro últimas fazem parte dos costumes indígenas e servem para resgatar as tradições nas aldeias.

Líder das Comunidades Indígenas de Campo Grande, Adierson Venâncio, acredita que os jogos representam a integração, o resgate da cultura e da tradição indígena. "Os jogos são uma forma de ficarmos sabendo como estão os indígenas, o que eles estão fazendo, se estão em Campo Grande, se estão estudando ou trabalhando. Serve para integrar e interagir nossa população", afirmou.

Para o Presidente da Funesp, José Eduardo Amâncio da Mota (Madrugada), os jogos são fundamentais por contribuírem para o desenvolvimento da sociabilidade, das emoções, da inteligência e por fomentar a prática esportiva entre os indígenas. "Os Jogos indígenas têm características específicas, são atividades mais corporais, algumas até lúdicas que envolvem também as modalidades oficiais como futebol, atletismo e voleibol".

As inscrições para os Jogos Indígenas de Campo Grande já podem ser realizadas a partir desta segunda-feira (14) na sede da Funesp.

A competição acontecerá no Parque Ayrton Senna em seis modalidades. Para participar foram convidadas as etnias Terenas, Guatós, Kimikinau, Guaranís-Caiuás e Kadiwes, além das etnias Xavante e Bororó, oriundos do MT.



## **Índios isolados: liderança kaxinawá exige retorno de base da Funai no Acre** SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.07.2014

Kátia Brasil – Amazônia Real

Uma das principais lideranças dos povos indígenas do Estado do Acre, Ninawa Huni Kuin, da etnia kaxinawá, expressou preocupação com a saúde e segurança da tribo desconhecida que fez contato no mês de junho com índios ashaninka da aldeia Simpatia, na reserva Kampa e Isolados do Rio Envira, na fronteira com o Peru. Em entrevista à agência Amazonia Real, ele disse que a Funai (Fundação Nacional do Índio) precisa reativar a base da Frente de Proteção Etnoambiental na região para proteger os índios isolados.

“Nossa preocupação é com a saúde epidemiológica deles, com uma possível epidemia de uma enfermidade. Mesmo sendo uma aldeia, o lugar do contato, de alguma forma, tem as influências de alimentação. A Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde), por exemplo, não está dando conta nem da saúde dos índios que vivem nas aldeias que estão organizadas, imagine com os índios isolados. Eles nunca vão ter controle sobre isso”, afirmou Ninawa Huni Kuin, que é presidente da Federação do Povo Huni Kuin do Estado do Acre.

A base da Frente de Proteção Etnoambiental no Rio Xinane, próxima à Aldeia Simpatia, foi fechada depois de uma invasão de narcotraficantes peruanos ao posto, em 2011. Na ocasião, a Polícia Federal retomou a instalação e prendeu um homem de nacionalidade portuguesa sob acusação de tráfico internacional de drogas. Mas, por medida de segurança, a Funai retirou os funcionários do órgão, inclusive do atendimento de saúde, do local.

Nesta região, existem quatro terras indígenas que têm vestígios de quatro grupos de índios isolados em um território que soma 765,7 mil hectares de floresta vulnerável a ação também da extração ilegal de madeira. São as reservas Kampa e Isolados do Rio Envira, Kaninawá (Huni Kuin) do Rio Humaitá, Riozinho do Alto Envira e Alto Tarauacá.

Há 14 dias a Funai anunciou que no dia 29 de junho aconteceu o primeiro contato de um grupo de etnia não identificada em 30 anos de estudos sobre índios isolados no oeste da Amazônia, mas mantém o silêncio sobre os desdobramentos da movimentação do grupo indígena e das ações de saúde. Até o momento, não foram divulgadas fotos, vídeos ou informações à imprensa sobre o contato na aldeia Simpatia, na reserva Kampa e Isolados do Rio Envira, onde é acessível apenas por voos de aeronaves ou em viagem de quatro dias de barco da sede do município de Feijó, distante a 345 quilômetros (em linha reta) da capital Rio Branco.

A Funai enviou à Aldeia Simpatia funcionários da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, que são especializadas na proteção desses povos, mas uma parte da equipe retornou para Brasília na semana passada. Segundo a fundação, são considerados “isolados” os grupos indígenas que não estabeleceram contato permanente com a população

CONT.



nacional, diferenciando-se dos povos indígenas que mantêm contato antigo e intenso com os não-índios. A Constituição Federal diz que é dever do Estado brasileiro assegurar e proteger a cultura, a identidade e o modo de ser desses índios.

#### Presença de invasores pressiona indígenas isolados

O líder Ninawa Huni Kuin disse que assim como os povos kaninawá e manchineri, os ashaninka vêm relatando a presença de índios isolados rondando as aldeias desde 2007. Segundo ele, no ano passado mulheres ashaninka, da mesma aldeia Simpatia, ficaram amedrontadas com a presença dos isolados, que são chamados também de “brabos” pelas outras etnias.

“Eles pegaram o terçado, utensílios e panelas. Só que no momento em que eles vinham amedrontando uma mulher, ela vinha aos gritos no caminho. O marido dela, que estava armado com uma espingarda, acabou disparando. O índio isolado saiu correndo para floresta. Em seguida, à noite, veio um grupo muito grande (de isolados) que ficou ao redor da aldeia, fazendo barulho, era mais de 30 homens”, disse o líder indígena.

Para Ninawá Huni Kuin, essa aproximação acontece porque os índios isolados estão sendo pressionados pela invasão do território por madeireiros e narcotraficantes. “Os índios isolados ficam cada vez mais pressionados e descem o rio, chegando nas aldeias. Na verdade, isso é resultado da falta de políticas públicas voltadas para esta questão. As coisas estão acontecendo difíceis desde 2007, a gente vem tentando conversar com a Funai para encontrar uma solução, e não tem muita importância para eles”, disse.

Com relação ao contato do grupo desconhecido com os ashaninka, Ninawa afirma que não deveria ter intervenção de não-indígenas. “Os índios isolados querem as coisas, mas não querem o canal com a aldeia. De alguma forma eles estão buscando o diálogo. Agora, na minha opinião, se tiver só os ashaninka com eles, seria melhor sem a intervenção, sem a pressão psicológica dos não-indígenas. Os ashaninka vivem num sistema social muito precário na visão do homem branco, mas na realidade eles são muito trabalhadores e muito organizados”, afirmou o líder Huni Kuin.

Em entrevista à agência Amazônia Real publicada no dia 2 de julho, o coordenador substituto de Índios Isolados e Recém Contatados, Leonardo Lenin, confirmou que duas bases da Funai, nos rios Envira e Xinane, foram fechadas devido a presença de narcotraficantes peruanos. Segundo ele, as bases não foram reativadas por falta de recursos humanos e orçamentários. O orçamento previsto para 2014 de R\$ 2.661.435,00 teve um corte de R\$ 738 mil, restando R\$ 1.863.005,00 para o trabalho com 12 Frentes de Proteção Etnoambiental na Amazônia. Lenin disse que a situação revelava “fragilidade da qualidade do trabalho” da Funai.

Segundo a Funai, o Brasil é o país com maior número de referência de povos isolados e de recente contato no mundo. São 107 registros da presença dessas tribos na Amazônia Legal.

Com relação a saúde desses desconhecidos, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, informa em seu site que em 2013 aprovou na 5ª Conferência Nacional da Saúde Indígena (5ª CNSI) uma moção que exige respeito aos povos isolados ou de recente

CONT.



contato, para que o espaço deles seja preservado e que, no caso de intervenções para prestação de serviços de saúde, as mesmas sejam realizadas de forma a não prejudicar essas comunidades.

Já a Funai, anunciou no ano passado que formalizou com o Ministério de Cultura do Peru um termo de cooperação para proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e recém-contatados que vivem nas regiões de fronteira entre aquele país e o Brasil. Conforme o termo, as instituições indigenistas dos dois países podem contribuir para discussões mais amplas, relacionadas com a presença efetiva dos Estados em áreas de fronteiras, o combate a ilícitos, o desenvolvimento de ações de promoção aos seus direitos, e o estabelecimento de diálogos interculturais sobre grandes projetos e investimentos econômicos que afetem suas condições e modos tradicionais de vida.

Mas o tratamento das autoridades peruanas com a defesa dos índios isolados continua sendo questionado pela própria Funai. "Do lado peruano, tem muitos informes sobre abertura de estradas, ocupação por extração de madeira e áreas de uso irregular. O que a gente tem tentado é que, uma vez que não se trata somente de índios isolados do lado brasileiro, é buscarmos aumentar a interlocução com o governo peruano para discutir essa situação", afirmou Leonardo Lenin à reportagem.

Quem são os kaxinawá

Segundo o ISA (Instituto Sociambiental), os kaxinawá pertencem à família lingüística Pano que habita a floresta tropical no leste peruano, do pé dos Andes até a fronteira com o Brasil, no Estado do Acre e sul do Amazonas, que abarca respectivamente a área do Alto Juruá e Purus e o Vale do Javari. Na região brasileira vivem cerca de 2.500 índios da etnia.

Os grupos Pano designados como nawa formam um subgrupo desta família por terem línguas e culturas muito próximas e por terem sido vizinhos durante um longo tempo. Cada um deles se autodenomina huni kuin, homens verdadeiros, ou gente com costumes conhecidos. Um traço marcante na cultura é O Kene Kuin, desenho do rosto e do corpo com jenipapo por ocasião de festas, quando há visitas ou pelo simples prazer de se arrumar.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Gleice Oliveira Guarani-Kaiowá.



---

**Inscrições abertas para consultoria em mapeamento de pesquisadores (as) em saúde da população negra**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.07.2014

*As candidaturas podem ser apresentadas até o dia 18/07, pelo endereço eletrônico [selecao@unfpa.org.br](mailto:selecao@unfpa.org.br). É necessário enviar currículo atualizado, carta de apresentação e documentos que comprovem experiência*

SEPPIR – Candidatos(as) à consultoria têm até 18 de julho para se inscrever. A documentação completa deve ser enviada para o e-mail [selecao@unfpa.org.br](mailto:selecao@unfpa.org.br), com o título “Mapeamento Nacional de Pesquisadores (as) em Saúde da População Negra”. O Termo de Referência da consultoria pode ser acessado aqui

([http://www.unfpa.org.br/Arquivos/tor\\_mapeamento\\_pesqnegros2.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/tor_mapeamento_pesqnegros2.pdf)).

A seleção é uma parceria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, realizada no âmbito do “Projeto BRA5R104 – Fortalecendo as ações da SEPPIR nas áreas de saúde, políticas para juventude e políticas para comunidades quilombolas”.

Além dos mapeamentos, o edital visa também a criação de um banco de dados para ampla divulgação, de forma a subsidiar as ações em rede. Com isso, espera-se estimular estudos e pesquisas nesse campo de conhecimento.

Entre os requisitos para contratação, consta nível superior, preferencialmente na área de Saúde; experiência comprovada em sistematização, categorização e análise de dados oriundos de diferentes fontes e sistemas (documentos, sites, entre outros); experiência comprovada em criação de banco de dados; e desejável experiência com Instituições de Governo e/ou Agência das Nações Unidas, além do conhecimento de conceitos e principais debates relacionados aos temas de Saúde da População Negra.

O(a) candidato(a) também deve ter capacidade de organização e cumprimento de prazos; habilidade redacional e de síntese; e estar apto(a) para responder positivamente a diferentes pontos de vista e críticas em relação a sua atuação individual e coletiva, bem como realizar ajustes necessários.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

---

**Já está no ar “Quem matou o Tapajós?”, mais um instrumento na luta contra barragem do grande rio**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.07.2014

<http://vimeo.com/85652971>

Naya Porã

Já está no ar o lindo e super importante projeto de web-doc do coletivo Minguarana Producciones, do qual tenho a honra de fazer parte. “Quem matou o Tapajós?” conta histórias das comunidades e pessoas que sofrem com as ameaças que vive o último grande rio da Amazônia brasileira que ainda não foi barrado. Convidamos todos a conhecer o nosso trabalho, mas também a participar e contribuir: a sua opinião, a sua perspectiva, a sua contribuição são fundamentais para que este projeto possa crescer!

Veja mais AQUI (<http://mortedotapajos.tv/>).



**Ritmos e músicas da Amazônia: refazendo e registrando os passos do etnógrafo alemão Koch-Grünberg**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.07.2014

[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=dLIYJFF-RB4](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=dLIYJFF-RB4)

Projeto audiovisual registra e disponibiliza gratuitamente rico acervo musical de povos indígenas amazonenses que reúne dos cantos tradicionais ao hip-hop

Por Sofia Moutinho, em Ciência Hoje On-line

Tradição e cultura contemporânea convivem nos sons dos grupos musicais de raiz indígena na Amazônia. De um lado, instrumentos típicos, como a flauta jupurutu e o pau-de-chuva, belissimamente combinados com cantos coletivos chorosos – pura tradição. De outro, guitarras distorcidas, sanfonas e teclados com canções em português e línguas indígenas embaladas até pelo estrangeiro ritmo do hip-hop americano. Toda essa variedade musical pode ser ouvida e vista na página do projeto Música das Cachoeiras.

Com um acervo aberto de 4 horas de músicas e 10 vídeos, o site é fruto de uma viagem que refez os passos da expedição do etnógrafo alemão Koch-Grünberg, que há mais de 100 anos, entre 1903 e 1913, fez o primeiro registro audiovisual da vida cotidiana e das manifestações artísticas e culturais dos povos indígenas da Amazônia Ocidental.

Entre março e abril de 2013, um grupo de cinco pessoas, entre produtores musicais e cinegrafistas, coordenados pelo filósofo Agenor Vasconcelos, da Universidade Federal da Amazônia (Ufam), e financiados por um edital da Natura, cruzou a Amazônia – do Alto Rio Negro, nas fronteiras de Brasil, Colômbia e Venezuela, até o Monte Roraima. Com um estúdio móvel de gravação, a equipe registrou a produção musical indígena em aldeias e pequenos povoados ribeirinhos.

“Não foi um simples registro etnográfico, tivemos a presença de profissionais de audiovisual com uma grande preocupação técnica”, conta o coordenador do projeto, que desde pequeno teve contato com a cultura indígena e se divide entre a vida acadêmica e de músico da banda Alaíde Negão – formação clássica de baixo, guitarra e bateria com influência da música folclórica.

A ideia do projeto surgiu depois que Vasconcelos concluiu sua dissertação de mestrado sobre as manifestações culturais indígenas registradas por Koch-Grünberg no início do século 20. “A música está sempre presente na cultura indígena, é com a música que é passado o mito, que são ensinadas as estações do ano, que são celebrados os ritos”, pontua.

CONT.



Ao repetir a viagem do etnógrafo alemão, a equipe do projeto se deparou com um cenário musical eclético. Foram gravadas as músicas e danças tradicionais dos povos Aruak, Baníwa, Canaunim e Taurepang.

Em São Gabriel da Cachoeira (AM), eles conheceram a banda Marupiara do gaitista Ademar Garrido, neto de Germano Garrido y Otero, anfitrião de Koch-Grünberg na viagem original. Formada por descendentes da etnia baré, a banda aposta na mistura da música popular, com o forró e a música indígena nheegatu. No Monte Roraima, gravaram o som do hip-hop feito pelos índios Taurepang e, na Guiana Inglesa, o reggae dos nativos.

Já em Roraima, tiveram um encontro com o poeta e cantor Eliakin Rufino, que diz usar como inspiração para as letras de suas canções as teses de ciências sociais sobre a cultura indígena.

Assista à banda Marupiara

[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=kNbwoj1K9g0](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=kNbwoj1K9g0)

A mistura de gêneros e influências não preocupa. Para Vasconcelos, o sincretismo pode ser a chave para manter a tradição viva. "Os índios de hoje não são mais os índios de Cabral, não sabemos se essa apropriação já ocorria na época do Koch-Grünberg – poderia até ser que ocorresse e não tenha havido o registro", comenta. "De qualquer forma, acredito que seja por meio dessa fusão que a música indígena se mantém até hoje, porque, de outra maneira, a tradição pereceria na memória dos mais velhos e não seria passada adiante para a juventude."

Todas as gravações feitas para o projeto Música das Cachoeiras estão disponíveis para ouvir e baixar gratuitamente no Soundcloud e os vídeos podem ser assistidos no canal do projeto no Youtube. Um livro-CD também está à venda. Terminado o financiamento pelo edital da Natura, Vasconcelos pretende agora continuar a iniciativa e está aberto a novas parcerias.

"Não somos o primeiro projeto a gravar as músicas indígenas da Amazônia, mas talvez sejamos um dos maiores acervos sonoros já feitos para a região e, com certeza, o de maior visibilidade e acessibilidade, graças à divulgação nos meios digitais", destaca o músico.



**Do progresso que mata e destrói, às ciências para o "Vivir Bien": 23 a 25 de julho, no Acre**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.07.2014



No período de 22 a 27 de julho do corrente, a UFAC sediará a 66ª Reunião Anual da SBPC, cujo tema é: "Ciência e Tecnologia em uma Amazônia sem Fronteiras". Uma vez mais, os clamores em prol do "desenvolvimento científico" e do "progresso" para solucionar os "problemas da Amazônia", presidirão a pauta dos meios de comunicações dominantes.

Ademais de um cenário marcado pela intensiva instrumentalização do discurso científico – para fins de legitimação das adaptações instituídas sob os cânones da "economia verde" – acelera-se a destruição em larga escala. O enorme desastre produzido pelas hidrelétricas no rio Madeira, aparece como um dos exemplos mais emblemáticos dos nexos entre Ciência, Capital e Estado nessa fase atual de espoliação também na Pan Amazônia.

Sob essa perspectiva, a realização desse Tributo simultaneamente à realização da 66ª Reunião Anual da SBPC, nos parece bastante oportuna para aprofundar essas reflexões. Pretende-se, ainda, para mais além de uma justa lembrança e homenagem às vítimas do "progresso", chamar atenção para outras perspectivas emancipatórias, como aquelas identificadas com a filosofia do "Vivir Bien".

Programação:

CONT.



# DIA 23/07

## Manhã

### 8h30 *Abertura*

João Lima (ADUFAC); Elder Andrade (NUPESDAO); NINAWA (FEPHAC); Pedro Casanova (As. FADEMAD-Peru); Manuel Lima (Comunidade trinchera-Bolívia); Jones Dari (ADUFGD); Amyra El Khalili (Aliança RECOs); Lucia Ortiz (Amigos da Terra Brasil)

## Tarde

*A destruição tem preço? Pode-se confiar nas garantias da Ciência? As revelações do megadesastre das hidrelétricas no rio Madeira.*

15h às 16h30

Mesa 1: A dimensão da devastação da cheia amplificada pelas UHEs de Santo Antônio e Jirau: as vozes das comunidades na bacia do rio Madeira na Bolívia e no Brasil

Geovane da Costa Souza e Marcio Santana de Lima (Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB-RO); José Alves (UFAC)

16h50 às 18h40

Mesa 2: A ciência a serviço do modelo neoextrativista e a ciência recíproca com a resistência social: Licenciamento fraudado e novos estudos do Madeira em questão

-Luis F. Novoa (UNIR); Philip Fearnside (INPA); Edna Castro (UFPA); Célio Bermann (USP); Jorge Molina (IHH/Bolívia)



## **Qual é o melhor candidato para resolver a Questão Indígena**

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 15.07.2014

O Blog Questão Indígena considera um erro acreditar que o PSDB é alternativa política ao PT. O fato de o PT ser uma desgraça não transforma o PSDB em salvação. Historicamente, a velocidade das demarcações esteve mais ligado à abertura do presidente à ONGs e à opinião pública internacional do que a partido político.

O blog está envolvido com esse tema indígena a tempo suficiente para ter a clareza de que não foi o PT quem inventou a Funai, nem o indigenismo radical. O arcabouço legal usado pelos indigenistas contra os produtores rurais é fruto da correlação de forças da constituição de 1988. Todos os governo democráticos, Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, usaram a lei contra os agricultores.

A virulência da ação dos indigenistas nos governos sempre esteve ligada à importância que os governantes deram às pressões internacionais e às ONGs. Presidente mais aberto a pressão internacional, demarca mais. Presidente menos aberto a pressão internacional demarca menos. Por essa razão, Collor, de direita, Fernando Henrique e Lula, de esquerda, foram os presidentes que mais demarcaram terras indígenas, enquanto Dilma, de esquerda, foi a que menos demarcou.

É uma ilusão pueril, quase uma burrice, achar que retirar o PT do poder significa resolver a Questão Indígena. O que não significa que manter o PT no poder implicará em solução.

A solução da atual Questão Indígena passa por uma dura e difícil alteração legislativa. Quem assumir o governo no próximo ano, quem quer que seja, precisará encarar as pressões políticas de ONGs e de governos internacionais para não mexer na lei. Quem quer que ganhe as próximas eleições, inclusive Aécio Neves, precisará ser duramente pressionado para mover a máquina política na busca de uma solução. Sem pressão ninguém, nem Aécio, nem Dilma, se moverá.

Por essa razão é bom que os candidatos se comprometam antes da eleição com o tema. Elaboramos um abaixo assinado destinado aos candidatos à presidência da República pedindo que eles apresentem suas propostas para solução dos conflitos entre índios e produtores rurais. Dessa forma poderemos forçar uma decisão antes da eleição e cobrar as propostas apresentadas depois.

Assine e divulgue nas redes sociais e entre seus amigos. Quanto mais gente assinar, maior a chance de que os candidatos respondam.



---

**Polícia Civil confirma que 5 estupraram indígena encontrada morta em Dourados**  
SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 15.07.2014

*Delegado já representou pela apreensão e prisão de envolvidos*

Quatro adolescentes e Arlindo Freitas Ramires, 28 anos, estão detidos na Delegacia de Polícia Civil de Dourados, município distante 225 quilômetros de Campo Grande. Eles são acusados de estuprar e matar Michele Gonçalves Benites de 12 anos.

O corpo da indígena foi encontrado em estado avançado de decomposição na quinta-feira (10), nos fundos da Aldeia Bororó. Ela estava desaparecida desde sábado (5).

De acordo com as informações policiais, os acusados foram localizados após uma operação conjunta entre a Força Nacional e o Serviço de Investigação Geral (SIG).

Após serem detidos, os acusados disseram à polícia que no domingo (6) estavam voltando de uma festa, todos embriagados, quando um deles tentou "ficar" com Michele, que passava pelo local. Como a jovem recusou, o rapaz a levou para um milharal, onde a estuprou. Após o delito, os outros quatro jovens que estavam com ele, também cometeram o abuso.

Ainda, de acordo com os depoimentos, com medo de que ela contasse o crime para alguém, eles a mataram com golpes de foice.

O delegado Adilson Stiguivitis, que está a frente do caso, já representou pela prisão do maior de idade e pela apreensão dos menores, pelo crime de homicídio doloso e estupro de vulnerável.



## **Cimi lança relatório com dados de violência contra os povos indígenas em 2013**

SÍTIO CIMI, 15.07.2014

Brasília – O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança nesta quinta-feira (17 de julho), às 9h30, na sede da CNBB, o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil que sistematiza os dados de violências cometidas contra os povos e comunidades indígenas em 2013. O panorama político explicita que as recentes investidas e ataques contra os direitos dessas populações têm um reflexo direto nas aldeias em todo o país. A paralisação das demarcações de terras, a tentativa de retirar direitos garantidos através de projetos de emenda à Constituição, portarias e decretos, a proposta de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras e as manifestações ruralistas realizadas em vários estados, dentre outros atos anti-indígenas, tiveram como consequência o acirramento dos conflitos que envolvem a disputa de terras.

Há mais de 20 anos o Cimi sistematiza informações levantadas por suas equipes espalhadas pelo Brasil, que atuam próximas ou até mesmo nas próprias áreas indígenas. Dados pesquisados junto aos órgãos públicos e notícias veiculadas pela imprensa também servem de base para o relatório.

Dividida em quatro partes, a publicação traz no primeiro capítulo as seguintes categorias: omissão e morosidade na regularização das terras indígenas; conflitos relativos a direitos territoriais; e invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. A segunda parte apresenta as violências cometidas “contra a pessoa”, dentre elas constam assassinato, ameaça de morte, abuso de poder, homicídio culposo, lesão corporal dolosa, racismo e discriminação e violência sexual, dentre outras. Já o terceiro capítulo traz dados sobre as violências causadas por omissão do poder público, como desassistência geral e desassistência nas áreas de saúde e educação, morte por desassistência, mortalidade infantil e suicídio. E, por último, há informações sobre os povos indígenas que vivem em situação de isolamento ou de pouco contato no Brasil e as principais ameaças a que estão sujeitos.

O relatório explicita que a presidenta da República Dilma Rousseff continua tendo a pior média de homologações de terras indígenas desde o fim da ditadura militar, com 3,6 homologações por ano. Em todo o ano de 2013, apenas uma terra foi homologada, a Terra Indígena Kayabi, no Pará. Mas nem mesmo esta terra pôde ter seu registro efetivado, visto que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, concedeu liminar contra o seu registro em cartório. Portanto, nenhum procedimento demarcatório foi concluído em 2013.

Em relação à saúde indígena, a situação é de total omissão. “A constatação de que a cada 100 indígenas que morrem no Brasil 40 são crianças torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida”, afirma Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi.

CONT.



Sobre a ocorrência de suicídios, dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), divulgados em maio deste ano pelo Cimi, mostram uma realidade bastante devastadora no estado do Mato Grosso do Sul: 73 casos em 2013, uma média de um suicídio a cada cinco dias. Este índice configura-se como o maior em 28 anos, de acordo com os registros do Cimi. Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá do estado, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos.

Além da presença de Dom Erwin e da coordenadora do relatório, a antropóloga Lúcia Helena Rangel, uma liderança indígena do povo Tenharim também estará presente no lançamento do relatório. Quase exterminados pela construção da rodovia Transamazônica na década de 1970, dos cerca de 10 mil Tenharim sobreviveram pouco mais de 100 pessoas naquela ocasião. Em dezembro de 2013, eles foram envolvidos no que consideram ser "o segundo massacre do povo", quando foram responsabilizados pelo desaparecimento de três não indígenas na Transamazônica. Incitada por madeireiros, a população de Humaitá se revoltou contra os Tenharim, queimando um barco, vários veículos e os prédios da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Sesai, além de terem ameaçado e discriminado radicalmente os indígenas, que ainda foram violados em seus direitos pelas próprias forças policiais em suas aldeias. Em um dos casos mais emblemáticos de violência, ocorrido no ano passado, os Tenharim foram condenados pela mídia sem que tivessem sequer sido ouvidos. E, apesar da falta de provas, cinco indígenas estão presos em Porto Velho.

"Existem muitos madeireiros que têm raiva da gente porque eles não podem invadir a reserva para tirar madeira. Tempos atrás, com as operações da Funai e de outros órgãos, eles tiveram carros e tratores apreendidos e ficaram com mais raiva. O que eles fizeram foi aproveitar o momento para se unirem contra nós, se articulando com a população. Foram eles que bancaram o protesto, quando invadiram nossas aldeias", afirmou a liderança Ivanildo Tenharim, na época da violenta manifestação contra o seu povo.

Serviço:

O quê: Lançamento do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2013

Quando: 17 de julho (5a feira), às 9h30

Onde: No auditório da sede da CNBB, Setor de Embaixadas Sul, Quadra 801, Conjunto B, ao lado da Embaixada do Vaticano, próximo a Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF)



## **Deixa como está para ver como fica: Justiça decide não decidir sobre invasões de índios Kadiwéus**

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 15.07.2014

Em uma das mais descabidas decisões judiciais sobre a Questão Indígena já analisadas por esta página, a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), por unanimidade, determinou provisoriamente a permanência de índios Kadiwéu em terras invadidas incluídas no perímetro demarcado pela Funai, determinando, ao mesmo tempo, multa a ser paga pela Fundação, se os ocupantes indígenas invadirem terras privadas ou impedirem o livre trânsito dos proprietários em suas respectivas terras.

A decisão bisonha do colegiado foi dada em recurso que pretendia a reintegração da posse de um imóvel descrito como Estância Amaralina, no estado de Mato Grosso do Sul, incluída na demarcação pela Funai e invadido pelos índios como forma de protesto. O juízo de primeiro grau determinou a saída dos indígenas protegendo a posse produtor rural, sob pena de multa de R\$ 3 mil por hectare ocupado pelos índios.

A Funai recorreu alegando que a área em disputa demarcada como Terra Indígena em 1984, pelo Decreto nº 89.578/1984. De acordo com as alegações da Funai, o decreto tornou nulos os títulos de propriedade, incluindo o do dono da terra conhecida como Estância Amaralina que restou expropriado.

A decisão do colegiado afirma corretamente que a questão da propriedade das terras está sendo objeto de discussão judicial, ainda pendente de solução, na qual os produtores rurais das terras abarcadas pela demarcação de 1984, buscam suspender os efeitos do decreto demarcatório, que está em plena vigência. "Estamos diante de documentos apresentados pelas partes que dão conta de que ambos são legítimos proprietários da área sub judice, com matrículas abertas e registradas nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes".

Veja também o que já publicamos sobre este caso:  
Mato Grosso do Sul tem 83 imóveis invadidos por indígenas

Por outro lado, diz a decisão, "Não há como ignorar um decreto presidencial cancelando todo o trabalho realizado pela Funai. Desta feita, a manutenção dos índios na área que não ultrapasse as delimitações estabelecidas pelo Decreto nº 89.578, de 24/04/84, é legítima, mesmo porque até o presente momento não há nenhuma outra decisão contrária aos termos do decreto".

O colegiado determinou a permanência dos índios nas terras invadidas anulando a proteção possessória, mas proibiu os índios de invadirem imóveis fora dos limites da demarcação em discussão. Os juízes mantiveram a multa a ser aplicada à Funai, se os indígenas vierem a impedir o livre trânsito dos fazendeiros proprietários atingidos pela reserva demarcada, ou a impedir o exercício das atividades agrícolas e de pecuária por eles desenvolvidas dentro da área demarcada.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2014

Brasília, 15 de julho de 2014.

A Estância Amaralina tem 145 hectares e foi invadida pelos kadiweus junto com a Chácara Tuarumã, de 24 hectares, em setembro de 2012. Em junho de 2013 os indígenas tomaram também a Chácara Recanto, de 55 hectares. As terras invadidas integram a Colônia Bodoquena, assentamento que reúne pequenas propriedades rurais, criado a partir de projeto do Governo Federal na década de 1970. "São áreas muito pequenas, onde as pessoas trabalham e vivem da terra. Não há grandes produtores ali e mesmo assim os indígenas tomaram conta", relata o advogado dos produtores, José Amaral Júnior, que também teve sua propriedade invadida.